

# **Debate em favor da vida e em solidariedade aos atingidos pelo rompimento das barragens de Fundão e Santarém, na região de Mariana**

*Data:* 12/11/2015

*Local:* Praça da Sé, Mariana – MG

*Participação:* Movimentos Populares, Arquidiocese de Mariana, Atingidos e Prefeitura Municipal.

## **“FALA DO POVO”**

### **1. Constatações**

- O poder econômico não está acima da vida. É a vida que tem o primado.
- As mineradoras BHP, Vale e Samarco são as responsáveis por este desastre. Foram negligentes. Elas cometeram um crime e devem ser responsabilizadas e culpabilizadas.
- O poder público, nos seus organismos, tem que lutar pela vida do povo e não se colocar a serviço do lucro e da riqueza de uns poucos.
- Esta tragédia foi anunciada e se não houver medidas que freiem esse processo de exploração minerária, continuaremos sofrendo com desastres como este em outras comunidades e cidades.
- Há uma conivência irresponsável e uma servidão do Estado brasileiro e de seus organismos com as mineradoras. Muitos dos políticos, eleitos com o dinheiro criminoso das mineradoras e das grandes construtoras, mais atuam pelos interesses de uns poucos que em bem do povo e de suas lutas.
- Encanta a solidariedade do povo diante dessa tragédia.

### **2. Propostas:**

- Os recursos, oriundos dos impostos, precisam ser investidos em políticas públicas, sobretudo em atendimento à crianças e jovens e em bem das famílias empobrecidas e em risco social.
- É preciso rever a legislação minerária, danosa ao meio ambiente e ao meio social.

- Celebrar o dia 5 de novembro, de agora para frente, como dia de memória/luta em solidariedade aos atingidos por barragens.
- Lutar por indenização justa e respeitosa em favor dos atingidos, para que possam recuperar sua vida com dignidade.
- Unir forças, sobretudo da organização popular, para reivindicar direitos, em solidariedade aos atingidos.
- Investir na conscientização, organização e mobilização do povo, na defesa de seus direitos e combate a um modelo sociopolítico e econômico concentrador de bens e agressivo ao meio ambiente e que vitima o povo.
- Defender, nas discussões com as mineradoras, a estabilidade empregatícia dos trabalhadores/as tanto das empresas em questão como das terceirizadas.
- Exigir negociação interrompida pela Vale com o sindicato Metabase.
- Participar da audiência da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no dia 16 de novembro, segunda feira, no Sesi/Mariana, às 14h, cujo foco é essa tragédia e suas consequências.
- Acordar com o governo federal e estadual uma mesa de discussões para resguardar o direito de moradia digna para os atingidos e as condições necessárias de vida, depois dessa tragédia, ouvindo os próprios atingidos, facultando-lhes uma participação ativa nesse processo.
- Exigir total recuperação ambiental e social deste crime impetrado pelas mineradoras.
- Atuar contra a proposta do projeto de lei 2945/2015 do governo do Estado de Minas Gerais que propõe a flexibilização do licenciamento ambiental.
- Buscar uma exploração mineral de forma racional, que respeite o meio ambiente e as comunidades e, sobretudo, o primado da vida sobre o lucro.

## **CARTA/MANIFESTO**

Nós, representantes dos Movimentos e Organismos Populares, membros das comunidades, sobretudo atingidas pelo rompimento das barragens de Fundão e Santarém, também lideranças político-sociais

e religiosas, representantes dos poderes constituídos, sindicalistas e estudantes, reunidos em Mariana, no dia 12 de novembro, para uma “Caminhada e Debate em Favor da Vida e em Solidariedade às Populações Atingidas”, após ouvir as falas de dom Geraldo Lyrio Rocha, arcebispo de Mariana, e dos representantes do MAB, da Prefeitura Municipal de Mariana, do Sindicato Metabase Inconfidentes, Movimento Serras e Águas de Minas e da atingida Rosilene, acolhemos a manifestação livre do povo, em grande número reunido na Praça da Sé, que, usando do microfone, assim se expressou, firmando seus compromissos:

- Reafirmamos que a vida está acima de todo interesse econômico/financeiro. Ela tem a primazia sobre os bens deste mundo.

- Acusamos como responsáveis e culpadas as empresas BHP, a Vale e a Samarco pelo desastre ambiental e pelo caos social que se instalou em nossas comunidades e cidades dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, com o rompimento das barragens de Fundão e Santarém, inclusive com a morte de vidas humanas inocentes.

- Lamentamos a conivência e a servidão de poderes e instituições públicas que se deixam levar por interesses escusos, picados pelo vírus do lucro e do capital, como também, para muitos, por interesses em se beneficiar, em suas campanhas eleitorais, com o dinheiro criminoso das empresas mineradoras e das grandes construtoras, condenando o povo à marginalização e à políticas públicas insuficientes.

- Alertamos que se não houver medidas legais imediatas que freiem a ganância das mineradoras, continuaremos reféns dos interesses econômicos, sujeitos a vivenciar, em outras localidades, o que aqui trouxe dor e morte, com perdas humanas e prejuízos ambientais e sociais incalculáveis.

- Entendemos que é preciso rever a legislação minerária, danosa à vida do povo e do meio ambiente.

- Exigimos das autoridades a apuração dos fatos e compromisso de luta em favor dos atingidos pelo rompimento dessas barragens, para que sejam devidamente indenizados, de forma justa e digna, sendo ativamente ouvidos, inclusive para a questão de moradia, e haja total recuperação das áreas destruídas por esse crime ambiental.

- Defendemos, diante da crise local, deflagrada pelas mineradoras, responsáveis pelo rompimento das barragens, a estabilidade do vínculo empregatício dos trabalhadores e trabalhadoras tanto das

empresas em questão, quanto das empresas terceirizadas e o retorno à mesa de negociações com o sindicato Metabase, interrompido pela empresa Vale.

- Condenamos a proposta de lei do governo do Estado de Minas Gerais que movido por interesses de ganho financeiro e cumplicidade com as mineradoras, propõe a flexibilização de licenciamento ambiental para o Estado.

Não podemos deixar de registrar, agradecidos, a mobilização de tantas instituições e organismos e sobretudo da população com gestos de solidariedade em favor das vítimas dessa tragédia, expressão de amor e de indignação diante do ocorrido, sinal luminoso para lutarmos por um outro modelo sociopolítico e econômico que respeite a vida, favoreça a inclusão social e respeite o meio ambiente.

Mariana, 12 de novembro de 2015.

Colaboração: Padre Marcelo Moreira Santiago

Dimensão Sociopolítica da Arquidiocese de Mariana